



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXIV Governo Constitucional, tendo proferido intervenções,

além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Mariana](#)

Leitão (IL), André Ventura (CH), Pedro Nuno Santos (PS) e Hugo Soares (PSD), tendo no final sido rejeitadas as Moções de Rejeição n.ºs 1/XVI/1.ª (PCP) e 2/XVI/1.ª (BE) — Do Programa do XXIV Governo Constitucional. No final, proferiram declarações de voto as Deputadas Paula Santos (PCP) e Mariana Mortágua (BE).

Entretanto, o Presidente saudou a presença nas galerias do Sr. Ministro-Presidente da Renânia do Norte-Vestfália, Sr. Hendrik Wüst, da Sr.ª Embaixadora da República Federal da

Alemanha e do Chefe de Missão Adjunto.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 1/XVI/1.ª (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 21/XVI/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 28 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar início aos nossos trabalhos.  
Está aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 5 minutos.*

Pedia às autoridades para fazerem o favor de abrir as galerias ao público.

Na nossa ordem do dia, temos agora o debate de encerramento da apresentação do Programa do XXIV Governo Constitucional.

Está cá a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real?

*Pausa.*

Estava a fazer um compasso de espera porque tenho indicação de que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real teve um ligeiro percalço e de que está com um ligeiro atraso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — À sexta-feira tem sempre!

O Sr. **Presidente**: — Estava aqui a querer gerir esse ligeiro atraso de forma a poder dar-lhe a palavra, mas esse ligeiro atraso está a ser um atraso ligeiro com tolerância excessiva. É uma situação *sui generis*, mas, tendo a anuência de todos, esperamos mais 2 minutos para dar possibilidade à Sr.<sup>a</sup> Deputada de usar da palavra. E agradeço a disponibilidade dos restantes grupos parlamentares.

*Pausa.*

Ora, não foram necessários os 2 minutos.

Agradeço a atenção de todos os grupos parlamentares, por este ligeiro atraso no início dos nossos trabalhos, e dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, para intervir, tendo disponível 2 minutos e meio.

Pedia à Assembleia o favor de dar condições para ouvirmos a Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Começo por agradecer a tolerância demonstrada, Sr. Presidente,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Era às 10 horas!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... e, por outro lado, por dizer que, neste debate de encerramento em torno de um Programa do Governo numa mudança de ciclo político para o País, é fundamental termos presente aquelas que possam ser as grandes opções estratégicas em questões de investimento e também de reformas que o País vai enfrentar.

Nessa medida, já ontem o PAN teve aqui oportunidade de assinalar que é com preocupação que olhamos para matérias como os grandes desafios climáticos, que não têm dignidade quer ministerial quer nas prioridades de investimento deste Governo, no âmbito do Programa que aqui está espelhado.

Além disso, também não nos podemos esquecer de que, ao nível da mobilidade, enquanto coletivo, é fundamental promovermos uma sociedade descarbonizada e garantir que temos investimentos nos transportes públicos, na mobilidade suave, na mobilidade ciclável; garantir que não olhamos apenas para os debates em torno do aeroporto, mas, acima de tudo, em torno da ferrovia; garantir que olhamos para o planeamento do território e que nos preparamos para sermos mais resilientes no combate às alterações climáticas, e que isso passa por uma efetiva conservação da biodiversidade e da natureza.

Mas não nos podemos esquecer de que na dimensão social temos também grandes desafios. Combater a pobreza tem de ser efetivamente um compromisso, e não vemos nas soluções habitacionais, por exemplo, uma resposta para as pessoas em situação de sem-abrigo, que são, sem dúvida, as mais fragilizadas neste grande desafio que é a habitação.

Precisamos de garantir que existe, sem preconceito ideológico, um investimento no acesso à habitação para todas e todos os portugueses. Isso é garantir o direito ao arrendamento e também o acesso à habitação própria, para que, sobretudo os mais jovens do nosso País, tenham direito a sonhar com casa própria e isso não ser apenas uma miragem.

Em matéria de proteção animal, congratulamos que, efetivamente, não haja aqui um retrocesso, que se mantenha a tutela tal qual como está neste momento, partilhada, porque não podemos deitar para trás o trabalho que foi feito ao longo destes anos.

O PAN, em relação às duas moções de rejeição que aqui foram apresentadas, não pode deixar de referir que não as acompanhará favoravelmente. Entendemos que não estamos aqui a discutir o Orçamento do Estado — isso, sim, poderia levar a uma decisão mais aprofundada sobre a nossa posição em relação ao Governo — e não podemos acompanhar uma moção que foi apresentada sem sequer conhecermos o Programa do Governo. E ainda bem que este Programa do Governo não cumpre as promessas que foram feitas do ponto de vista eleitoral, porque era muito conservador o programa da agenda da Aliança Democrática, que não está plenamente traduzida neste Programa.

Neste sentido, iremos abster-nos em relação à moção do Bloco de Esquerda e votar contra a moção do PCP, porque entendemos que o País precisa, de forma vigilante, de ter uma oposição construtiva, que faça pontes de diálogo.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não sei se não será a primeira vez que o PAN tem aplausos no Hemiciclo!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não, já teve.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sou novato!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para uma intervenção de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este debate marca o momento em que o Governo começou a governar.

A declaração inicial do Primeiro-Ministro definiu o tom destes dois dias de debate e mostrou um Governo com iniciativa e capacidade de decidir sobre os problemas que herdou, sobre as medidas que considera prioritárias, valorizando as negociações na concertação social e abrindo diálogo com as carreiras profissionais prejudicadas pela governação socialista.

Desde a redução do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) até ao programa para pôr o Estado a pagar em 30 dias, passando por medidas tão importantes como as da aceleração da execução dos fundos comunitários, do início das conversações com professores e polícias e da revogação das medidas punitivas contra os empresários do alojamento local, o Governo mostrou coragem, força e determinação.

Esta capacidade de iniciativa do Governo, acompanhada de uma constante abertura para negociar com todas as forças políticas presentes neste Parlamento, marca uma mudança de atitude política.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Portugal veio de uma maioria absoluta que deixou muitos problemas por resolver; tem agora uma maioria relativa que começa pelo diálogo político e social, para resolver em meses problemas que há anos estão em cima da mesa.

Tende, de facto, a ser assim: quando a esquerda empata, o centro-direita resolve; quando a esquerda adia, o centro-direita reforma; quando a esquerda fala, o centro-direita governa.

A capacidade de iniciativa do Governo parece ter apanhado as oposições de surpresa. A uns, despertou uma súbita vontade de fazer em 60 dias o que os próprios não fizeram em 3050 — caso para dizer que esta pressa está na razão inversa da respetiva eficiência enquanto foram Governo; a outros, a capacidade de iniciativa do

Governo causou algum incómodo, o que não deixa de ser um pouco insólito, precisamente no dia em que o Governo decide começar a baixar impostos e na véspera de abrir negociações para melhorar as condições de vida dos agentes das forças de segurança.

Por outro lado, as moções de rejeição ao Programa do Governo apresentadas pelo PCP e pelo Bloco não devem ser medidas pelo efeito político a que as mesmas estão destinadas. Penso que não estarei longe da verdade se interpretar estas moções de rejeição, não pelo seu valor nem pelo seu propósito, mas pela representação de uma mera competição entre leninistas e trotskistas pela liderança da extrema-esquerda em Portugal.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

*Protestos do BE.*

Uma nota final: não quero deixar de assinalar o regresso do CDS-PP ao Governo, em áreas de soberania tão importantes como a Defesa Nacional e a Administração Interna.

Ao longo dos anos, desde a fundação do regime democrático, o CDS foi a voz de polícias e de militares. Hoje, novamente no Governo, o Presidente do CDS, Nuno Melo, é Ministro da Defesa, sucedendo a outros ex-Ministros da Defesa do CDS, como foram Paulo Portas, Freitas do Amaral, Luís Azevedo Coutinho e Adelino Amaro da Costa.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Por isso é que ninguém quer ir para a tropa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Juntamente com o PSD, trabalharemos para dar resposta ao gravíssimo estado em que a Administração Interna e a Defesa se encontram.

Em particular na Defesa Nacional, com respeito pelas possibilidades orçamentais, apoiaremos medidas de investimento, de dignificação e de valorização das Forças Armadas e dos Antigos Combatentes, bem como incentivos ao recrutamento e retenção de militares. Não esqueceremos o reforço da decapitação produtiva e tecnológica da indústria militar e a modernização dos equipamentos e instalações. Por último, defenderemos também, progressiva e determinadamente, a efetivação dos compromissos internacionais com a NATO (North Atlantic Treaty Organization).

Quero concluir, na qualidade de líder do Grupo Parlamentar, garantindo que o CDS estará, uma vez mais, à altura deste desafio, quer no Governo, quer no Parlamento. Como sempre, o País e os portugueses contarão com o CDS para defender o interesse nacional.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Informo a Câmara de que se encontra presente, na Galeria III, o Sr. Ministro-Presidente da Renânia do Norte-Vestfália, Sr. Hendrik Wüst, acompanhado da Sr.<sup>a</sup> Embaixadora da República Federal da Alemanha e do Chefe de Missão Adjunto.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do CDS-PP.*

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Caras Concidadãs, Caros Concidadãos: «Um país com ambição» — é este o mote do Programa do Governo que nos foi apresentado. Mas o debate de ontem não foi nada ambicioso. Passaram-se muitas horas neste Hemiciclo a discutir a arrogância de uns e de outros, quem chantageia quem, quantos dias é que quem esteve no Governo, quem tem a culpa disto, quem tem a culpa daquilo. Esta não é discussão para um país com ambição e não é a discussão de que o País precisa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Um país com ambição olha para o seu futuro, projeta-se no seu futuro e escolhe o caminho para lá chegar. Um país com ambição sabe que tem de contar com todos e de incluir todos.

Sr. Primeiro-Ministro, não basta dizer que se quer dialogar com a oposição. É preciso, de facto, dialogar, e o diálogo faz-se falando. Incluir medidas avulsas de outros partidos no seu Programa do Governo não é dialogar. Ainda por cima, nem sequer fomos informados disto previamente. Levou ao ridículo de pôr o País inteiro num pedipaper pelo Programa do Governo à procura de que medidas vinham de que partido.

Um país com ambição precisa de ser ambicioso. E que ambição maior podemos ter para Portugal do que ser um país onde todas as pessoas se sintam livres, tenham vidas confortáveis, em conjunto com aqueles que mais amam, onde se sintam realizadas com a oportunidade de realizar os seus sonhos, as suas ideias, com casas confortáveis e onde a comunidade fique cada vez mais forte? Não é o que este Programa do Governo faz — muito pelo contrário. Vou dar dois exemplos.

Este Programa do Governo beneficia alguns prejudicando muitos. Num país onde é gritante a desigualdade entre quem mais tem e quem menos tem, o Governo coloca a ambição no sítio errado. É o caso da anunciada descida do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) de 21 % para 15 %. Sabemos que grande parte das empresas em Portugal não paga IRC e que a principal fatia de receita do IRC vem de um conjunto pequeno de empresas. Acreditam mesmo que dar esta borla fiscal a grandes empresas vai fomentar a inovação? Que vai melhorar as condições de vida? É que nem sequer condicionam a descida do IRC à melhoria dos salários ou das condições laborais dos trabalhadores. É apenas uma borla fiscal que vai diminuir a receita do Estado, que poderia, essa sim, ser usada para apoiar as pequenas e médias empresas a inovar para investir na formação.

*Aplausos do L.*

Também na habitação, este Programa do Governo tem a ambição no sítio errado. A ambição não é cumprir o direito constitucional à habitação deste Governo; não é, apesar do que o Sr. Primeiro-Ministro disse ontem, cumprir Abril. O problema dos preços da habitação em Portugal tem muitas origens e o Governo escolhe não resolver nenhuma delas — muito pelo contrário, agrava-as.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — A ambição não deveria ser que todas as pessoas pudessem morar numa casa confortável, perto do sítio onde trabalham, perto da escola dos seus filhos, perto dos seus amigos e família? Para o Livre, esta deveria ser a ambição. Mas o Governo opta por abdicar da maior ferramenta que poderia ter para o garantir, que é a habitação pública, passando para as mãos do mercado, de forma automática, e cito, «imóveis e solos públicos». E quer alargar perímetros urbanos, flexibilizar ocupações do solo, requisitos construtivos. O que isto quer dizer é que reforçam a especulação imobiliária, fazendo com que os centros das cidades sejam cada vez mais para ricos e que a classe média e as pessoas com menores rendimentos sejam empurradas para longe para morar a dezenas ou centenas de quilómetros de onde trabalham, perdendo horas todos os dias em transportes.

Que ambição é esta? Este não é o país que nós queremos. O país que o Livre ambiciona e que quer construir é um país diferente e é um país possível. É um país da igualdade, da liberdade e da fraternidade, que tanta falta nos faz. O Portugal do futuro é aquele que se compromete a erradicar a pobreza estrutural até ao final desta década. O país onde todas as pessoas têm tempo para si.

Não entendemos, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a falta de vontade em continuar a experimentar a semana de quatro dias, quando os primeiros resultados mostram que a saúde mental dos trabalhadores melhorou, a conciliação com a vida familiar dos trabalhadores melhorou e até a produtividade aumentou. São três objetivos que o Governo tem, mas não quer continuar com a semana de quatro dias.

O Portugal do futuro é o que sabe que o nosso património natural, a nossa biodiversidade e a nossa paisagem são as nossas maiores riquezas e não são um negócio. Onde a transição energética é feita com as pessoas. É o país de todas as famílias e onde nenhuma criança pode ter medo de ir à escola.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Mas têm, por vossa causa!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É o país onde os direitos das mulheres não são postos em causa e o país que sabe que o lugar da mulher é onde ela quiser.

*Aplausos do L.*

É um país onde os democratas dialogam entre si, excluindo quem quer destruir a democracia por dentro — e, Sr. Primeiro-Ministro, continua a ser muito ambíguo quem conta para governar. É o país, também, onde o voto de cada pessoa conta o mesmo, viva no litoral ou no interior; por isso, voltamos a lançar o desafio para que seja finalmente criado, durante esta Legislatura, o círculo de compensação em Portugal.

O Livre cá está para construir este Portugal de futuro, agora desde a oposição, preparando a alternativa progressista e ecologista de que o País precisa, numa democracia que deve ser cada vez mais plural e onde o verdadeiro diálogo faça parte das práticas políticas. Um Portugal progressista e ecologista que sabe que tem um papel na União Europeia e na política internacional.

Sr. Primeiro-Ministro, no seu Programa do Governo, reconhece que a solução dos dois Estados é a solução para o Médio Oriente. Mas, para uma solução de dois Estados, é preciso reconhecer ambos. Portugal vai então finalmente reconhecer o Estado da Palestina? Sr. Primeiro-Ministro, vai aliar-se a Pedro Sánchez para Portugal, Espanha e outros países o fazerem de forma conjunta? É tempo de o fazer.

*Aplausos do L, do BE e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Este é o país que o Livre ambiciona e pelo qual continuaremos a trabalhar, apresentando ideias e propostas muito concretas, como sempre fizemos, para melhorar a vida de todas as pessoas e para construir um novo modelo de desenvolvimento para Portugal assente no conhecimento e na ecologia.

A ambição deste Governo está noutra lado e de olhos postos no passado e, por isso, o Livre votará a favor das moções de rejeição apresentadas pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, embora não acompanhando todos os seus pressupostos. Por isso, apresentaremos uma declaração de voto nesse sentido.

Continuaremos, deste lugar de oposição, a preparar o momento em que uma esquerda plural, progressista e ecologista conquiste a confiança do País para governar e para construir, sim, o Portugal de futuro.

*Aplausos do L e do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem 7 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se ainda dúvidas houvesse sobre um Governo que procura já justificações para não cumprir o que ainda há dias prometeu a vários setores dos trabalhadores, o debate em torno do seu Programa foi, de facto, esclarecedor. Ficou claro que, da ação do Governo, só se pode esperar aquilo que verdadeiramente o inspira: retrocesso e má exploração.

Mas também ficou à vista de todos, para lá das manobras e para lá das aparentes divergências, que PSD, CDS, Chega e Iniciativa Liberal caminham juntos e estão unidos nas políticas expressas no Programa do Governo.

Queremos reafirmar que não contam com o PCP para alimentar falsas polémicas,...

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo e da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.*

... para, a coberto do acessório, fazer passar medidas ao serviço dos grupos económicos, dos tais que se acham donos disto tudo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esses, sim, são os reais beneficiários da política de direita e das medidas expressas no Programa do Governo. Não precisamos que a vida dos trabalhadores e do povo se agrave ainda mais para perceber que o resultado vai ser esse.

Temos bem presentes, e o Sr. Primeiro-Ministro também conhece bem, os resultados desse Governo de má memória da troica, desse último Governo do PSD e do CDS, apoiado por muitos que agora estão nas bancadas da Iniciativa Liberal e do Chega.

*Risos de Deputados do CH.*

Rejeitamos o Programa deste Governo porque não só não resolve nenhum problema como ainda se propõe agravá-los.

Mais: é mais um Programa da lei do despejo, que opta por dar mais dinheiro público à banca e manter o drama de milhares e milhares de pessoas que todos os dias têm de optar entre aguentar a sua casa ou sofrer brutais privações.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

É o Programa das parcerias público-privadas (PPP) rodoviárias — as tais que consomem, por ano, mais de 1000 milhões de euros públicos — e que prepara novas PPP e mais privatizações, esse terreno fértil à corrupção. Um programa onde tudo é negócio: a educação, os direitos dos pais e das crianças, a velhice, as reformas, a doença ou a natureza. É o Programa que faz suas as vontades da CIP (Confederação Empresarial de Portugal) e de outras grandes confederações patronais.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

A promessa de aumento de salários para os dias que nunca chegam é um apelo, de facto, à contenção salarial e à manutenção dos baixos salários nos dias de hoje. Um apelo sustentado na falácia da produtividade. Cresce a economia, cresce a produtividade, cresce o aumento do custo de vida, crescem os lucros. Só os salários é que continuam a ser os mais baixos da Europa.

É urgente uma mais justa distribuição da riqueza, mas não é da riqueza que vai ser criada. É sobre a riqueza que já foi criada, e essa, em grande parte, concentra-se nas mãos dos 10 % mais ricos do nosso País. É urgente o aumento real dos salários, é urgente fixar este ano o salário mínimo nacional em 1000 €, porque é agora que ele faz falta a milhares e milhares de trabalhadores.

Também não vale a pena vir o Governo encher o peito com a juventude e avançar com remendos para aqui e para ali. Para garantir a perspectiva de futuro aos jovens, o que é preciso é mais salários, pôr fim à precariedade, garantir o direito à habitação com medidas que se reflitam já nas suas vidas e não com mais medidas que se reflitam nos lucros da banca. A tudo isto, o Governo responde com mais injustiça fiscal. Redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) do gás, das telecomunicações e da eletricidade, uma medida que podia favorecer os trabalhadores e os reformados? Nada! A receita que apresenta é mais redução do IRC, mais benefícios fiscais para as grandes empresas.

Mas o Programa deixa também a entrega da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) a uma multinacional estrangeira, comprometimento do investimento público, ameaças de desmantelamento e vontade expressa de privatização de serviços públicos, mais ataques aos direitos, precariedade, baixos salários, aperto para a maioria e mãos largas para uns poucos.

O Programa do Governo que aqui discutimos não deixa dúvidas e sobre ele exige-se clareza. Não se pode ficar a meio da ponte. Ou se rejeita ou dele se fica aprisionado.

Da parte do PCP, a opção é clara. Damos firme combate ao Governo e ao seu Programa, este Programa que só pode ter a rejeição do PCP. Rejeição que dá expressão a todos os que exigem a mudança, salários, reformas, acesso à saúde, educação, serviços públicos, justiça, habitação, combate à corrupção e às suas causas, que exigem respeito e dignidade.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Todos esses que exigem uma vida melhor e que não vão baixar os braços, e que vão exigir, como estão a exigir, com a sua luta, respostas concretas aos seus problemas.

É muita a força dos trabalhadores que se expressa na luta pelos direitos, pelos salários, pela valorização das carreiras. É assim nos vários setores da Administração Pública, mas é assim também nos mineiros, nos trabalhadores da EDP (Energias de Portugal), das misericórdias, da distribuição comercial e em tantos e tantos outros que lutam pelos seus direitos todos os dias no nosso País.

Esta força vai expressar-se no 25 de Abril e no 1.º de Maio, esta força que arrancará as respostas para assegurar mais direitos, a soberania e o desenvolvimento de um país que não é pobre, mas que tem sido empobrecido. Lutamos pelo desenvolvimento das potencialidades nacionais, por uma vida justa, pelo cumprimento, todos os dias, da Constituição e dos valores de Abril. Não só não aceitamos o retrocesso em justiça e exploração, como lhe damos firme combate. É este o compromisso que assumimos. Cá estamos para esta luta todos os dias, para o que der e vier, com confiança de que é possível uma vida melhor, um país soberano e desenvolvido.

*Aplausos do PCP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que dispõe de 8 minutos.

*Pausa.*

Agradeço aos Srs. Deputados, por favor, que deem condições ao Sr. Deputado para usar da palavra. Faça favor, Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários da Assembleia da República: Chegámos ao fim do debate. Foram quase 7 horas de debate do Programa do Governo que podem ser resumidos de peculiar forma.

O Primeiro-Ministro passou o primeiro dia de debate a ameaçar a queda do seu próprio Governo, mas, chegado ao fim do dia, não apresentou a moção de confiança. Cometeu mesmo a inconfidência de, perante esta Câmara, batizar o Programa do Governo de programa eleitoral.

A bancada do Partido Socialista afirma-se na oposição, diz que se oporá às medidas do Programa do Governo, mas não vota a favor da rejeição do Programa do Governo.

Acresce a isto que assistimos também ao novo episódio da novela bem portuguesa do «agarrem-me, senão vou-me a eles» — do Dr. Ventura, pois claro! —,...

*Protestos do CH.*

... ou, dito de outra forma, «arranjem-me uma secretaria de Estado, que eu mudo-me de malas e bagagens para fazer *TikToks* na Presidência do Conselho de Ministros».

*Aplausos do BE.*

Sr. Primeiro-Ministro, o Programa do seu Governo é no essencial vago, não poucas vezes incoerente, difuso e frágil. Por isso é que V. Ex.<sup>a</sup>, os seus ministros e as bancadas que o suportam usaram parte considerável do tempo de debate para fazer votos subjetivos de confiança e expressar esperança. Esgotaram o dicionário de sinónimos, assinalámos nós: «esperam», «acreditam», «sonham», «almejam», «prometem» e «vão tentar».

A toda a regra, a sua exceção, como é evidente.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quando chegam aos grandes vencedores da economia do privilégio, a música já é bem outra. O Programa do Governo é a chave do *Euromilhões* para as grandes empresas, que sempre viveram na dependência do Estado.

Ora vejamos. A grande poluidora Galp teve 1000 milhões de euros de lucro. A EDP, que ainda nem sequer pagou o que deve ao País pela venda das barragens do Douro, e sempre envolvida nos maiores escândalos económicos de Portugal, teve 952 milhões de euros de lucro. A banca privada, que se encheu à custa das dificuldades das famílias em pagar as prestações do crédito à habitação, teve mais de 3 mil milhões de euros de lucro.

**Vozes do CH:** — E a Sonae?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Na grande distribuição,...

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que esmaga as margens dos agricultores portugueses, Srs. Deputados do Chega, empresas como a Jerónimo Martins tiveram 752 milhões de euros de lucro, e como a Sonae, 352 milhões de euros de lucro.

É a esta elite de empresas multimilionárias que o Governo quer que o País dedique uma parte considerável do seu esforço orçamental. Digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro: é um erro, é uma irresponsabilidade. Na melhor das hipóteses, a política económica da AD (Aliança Democrática) faz lembrar um anúncio antigo: um dia apareceu um Governo da direita, baixou os impostos às empresas milionárias, e, puf!, fez-se o milagre económico.

**Vozes do CH:** — «Puf»!?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Como o Sr. Primeiro-Ministro sabe, e todos aqui sabemos, não é por baixar a tributação a estas empresas que, por magia, aparecerão chárteres de AutoEuropas a chegar a Portugal, ou que os salários dos trabalhadores subirão. Como sabe, o mais certo é que aumente a distribuição de dividendos aos acionistas, os prémios dos administradores, e, provavelmente, que o ritmo com que renovam a sua frota automóvel também se acelere.

E não, Sr. Primeiro-Ministro, o Bloco de Esquerda não tem uma obsessão com os lucros das empresas.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É com os lucros em geral!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A obsessão do Bloco de Esquerda é com a luta contra a desigualdade, contra a pobreza, pela defesa de quem faz do seu pequeno negócio, do seu projeto, uma luta do dia a dia, de quem quer garantir que se inova em Portugal, que quer pôr a sua ideia em prática.

*Aplausos do BE.*

É em nome dessa obsessão com a justiça social que queremos aprovar medidas que impeçam a expulsão de jovens do nosso País, que tornem as casas acessíveis para toda a gente, que queremos que as regras da nossa sociedade e da nossa economia sejam justas.

Sr. Primeiro-Ministro, Portugal é um país em que se trabalha muito por pouco dinheiro. Portugal é um país em que o salário não paga uma renda de casa. O Programa do Governo não tem a mínima ambição de mudar esta circunstância. Não é um erro de redação, é mesmo uma profunda escolha política.

O Programa do Governo que a direita apresenta quer agravar esta desigualdade, insistindo nas soluções falhadas do passado. O projeto do futuro da direita é mesmo o passado. E é por isso que, na verdade, estão tão confortáveis em manter Portugal na cauda da Europa.

Querem mudar a lei do trabalho para dificultar ainda mais o aumento dos salários, apesar de em Portugal se trabalhar muito mais horas do que a média europeia por menos salário. O Programa do Governo não assume nenhum compromisso com a redução da jornada laboral. «Muito trabalho para pouco dinheiro», assim se resume a visão laboral de toda a direita parlamentar.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CH.*

Um Governo que queira preparar o País para o futuro moderniza a economia, tem como objetivo garantir as 35 horas no público e no privado, bem como os quatro dias de trabalho semanais. Nada disso consta neste Programa. O Governo vangloria-se mesmo por apresentar 1000 € de salário mínimo em 2028, menos do que hoje na vizinha Espanha, e um salário médio de 1750 € em 2030, quando hoje a renda média de um T2 em Lisboa são 1500 € e no Porto, 1400 €.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Mas diz ainda mais: diz que este compromisso com o aumento do salário mínimo nacional é condicionado à inflação e à produtividade. Ou seja, não é compromisso algum.

Na habitação, não há medidas para baixar as rendas da casa, nem para baixar os juros do crédito. Pelo contrário, há políticas públicas para, irresponsavelmente, promover o aumento do preço das rendas e aumentar o número de alojamentos locais nas nossas cidades.

Sr. Primeiro-Ministro, o discurso ambiental do Governo caiu nos primeiros minutos do debate. O Sr. Primeiro-Ministro diz que o ambiente é muito importante, mas para dizer, logo a seguir, que a economia, o turismo e a agricultura são muito importantes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não surpreende.

O Programa do Governo espelha este pensamento antiquado, de que o Chega gosta, cheio de equívocos, como se a transição ecológica fosse incompatível com a economia, o turismo e a agricultura portuguesa.

*Aplausos do BE.*

Muito pelo contrário, a transição climática e energética são a grande oportunidade de modernização da nossa economia...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — *Data center!*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e para fazer mudanças estruturais que nos garantam mais qualidade de vida.

*Protestos do CH.*

Mas, para isso, a República precisava de um Governo com uma visão para a economia adaptada ao século XXI.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É a economia de António Costa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não se estranhe, por isso, que neste Programa não exista nenhuma referência à justiça climática, porque o caminho escolhido é o inverso, o de premiar os grandes poluidores.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Poluidores são vocês!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Este Governo é coerente: na finança, como no clima, é um Governo da minoria privilegiada.

Sr. Primeiro-Ministro, a sua primeira visita de Estado será à vizinha Espanha. É uma excelente oportunidade para que a República Portuguesa comunique à Espanha que nos associamos à sua iniciativa internacional de reconhecimento do Estado da Palestina.

*Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.*

Aproveite essa ocasião para garantir que a nossa diplomacia está ao serviço do direito internacional humanitário, ao lado dos esforços de paz do Secretário-Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), o português António Guterres.

As declarações irresponsáveis do atual Ministro dos Negócios Estrangeiros serão certamente, esperamos nós, águas passadas, e certamente que esta Câmara tem a expectativa de que o Estado português condene de forma clara e veemente o genocídio do povo da Palestina. Que não haja duplo critério: na Ucrânia, como na Palestina, a palavra é «autodeterminação».

*Aplausos do BE, do L e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Peço que termine, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vou terminar.

O Programa do Governo está desenhado para dar tudo a poucos, e, precisamente porque dá tudo a uma pequena elite, esquece a maioria do nosso povo. Por todas as razões, neste Parlamento e fora dele, rejeitamos esta má política. E é nesta rejeição que encontraremos as razões para construir uma alternativa de esquerda ecologista, solidária e de liberdade.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Alternativa de derrotados!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, essa alternativa chegará, mais cedo do que tarde.

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão.

A Iniciativa Liberal dispõe de 9 minutos e 30 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos a dias de celebrar o cinquentenário do 25 de Abril e a pouco mais de um ano de celebrar os 40 anos da assinatura do tratado de adesão à Comunidade Económica Europeia, a 12 de junho do próximo ano, dois dos momentos mais cruciais do nosso País — em que se conquistou a liberdade, no primeiro, e se transformou a economia, no segundo —, o que devia ter permitido o progresso económico e social.

Mas a verdade é que, apesar destes marcos históricos, que foram tão importantes para o nosso País e trouxeram oportunidades e a esperança de que Portugal se podia tornar num país mais próspero e competitivo, quando olhamos para o estado do País hoje, constatamos a absoluta degradação das condições de vida dos

portugueses, a deterioração dos serviços públicos e a completa falta de ambição de estarmos ao nível dos melhores. E é inevitável questionarmos como chegámos até aqui e de quem é a responsabilidade.

Ora, se olharmos para os últimos 30 anos, em 21 deles o País foi gerido pelas regras do Partido Socialista, os últimos oito sem qualquer interrupção.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Porquê? Foi sorteio?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — É justo dizer-se, então, que foi graças às opções dos vários Governos do Partido Socialista e do modelo económico que decidiram implementar que, três décadas volvidas, o País está estagnado, não gera crescimento e não produz riqueza, e que o tal progresso económico e social possibilitado pela adesão à União Europeia ficou fechado numa gaveta.

Sim, o Partido Socialista que usa a redistribuição da riqueza como pretexto para termos uma carga fiscal recorde a cada ano que passa e um dos sistemas fiscais mais complexos da Europa é o mesmo que insiste num modelo económico que não permite a produção de riqueza, não deixando nada para redistribuir, condenando os portugueses à triste sina dos baixos salários e da emigração.

*Aplausos da IL.*

O Partido Socialista que se orgulha de ter deixado os cofres do Estado cheios é o mesmo que asfixiou as pessoas e empresas em impostos, que estrangulou a classe média e que atirou um em cada quatro jovens para o desemprego — e, dos que têm emprego, a grande maioria ganha menos de 1000 € por mês.

O Partido Socialista que tanto se orgulha de ter subido o salário mínimo nos últimos 30 anos é o mesmo que permitiu que o salário médio subisse apenas 25 %, nivelando todos por baixo e fazendo com que um em cada três jovens não tivesse alternativa senão emigrar.

O Partido Socialista que se intitula o paladino do Estado social é o mesmo que permitiu que 4 milhões de portugueses estejam em risco de pobreza antes de prestações sociais e que 2 milhões continuem em risco de pobreza após o pagamento das prestações sociais.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — O Partido Socialista que nacionalizou a TAP, pagando mais de 3 mil milhões de euros, e que mantém 148 empresas no setor empresarial do Estado a dar prejuízos elevados é o mesmo que agora critica descidas de IRC, juntando-se aos gritos da extrema-esquerda de que o lucro é um pecado.

*Protestos do PS e contraprotestos da IL.*

Não nos deixemos enganar. O problema do País não são os lucros das empresas, o problema do País são os prejuízos.

*Aplausos da IL.*

O problema do País não são os ricos, o problema é termos tido políticas de esquerda a ditar o rumo do País e a tornar todos cada vez mais pobres.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

E só a pequenez e a inveja podem justificar a insistência nesta perseguição ao lucro e à riqueza, quando deveríamos todos querer que as empresas tivessem cada vez mais lucros e as pessoas tivessem cada vez mais riqueza.

*Aplausos da IL.*

Por isso, o resultado destas políticas do Partido Socialista, o mesmo que tanto se orgulhou, ainda ontem, novamente, e agitou a bandeira das «contas certas» é o mesmo que asfixiou pessoas e empresas em impostos, debaixo de um sistema fiscal complexo, obsoleto e que prejudica os mais pequenos e menos instruídos, e que deixou os serviços públicos chegarem a um nível de degradação tal que não servem a ninguém.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Na saúde, o modelo centralizado no Serviço Nacional de Saúde (SNS) não dá resposta às pessoas. Não responde a quem não tem médico de família — e sabemos que 1 milhão e meio de portugueses não o têm —, não responde a quem está à espera de consulta ou cirurgia, não responde às grávidas, não responde aos profissionais de saúde, mas, acima de tudo, não responde aos que não têm alternativa, aos mais carenciados, àqueles que o Partido Socialista tanto diz proteger, mas que, na hora da verdade, deixa completamente entregues à sorte.

*Aplausos da IL.*

Na educação há problemas estruturais. Os últimos resultados do PISA (Programme for International Student Assessment) mostram que 30 % dos alunos não têm conhecimentos suficientes a matemática, e 20 % não têm a matérias como leitura e ciências. Estes números são aterradores, porque significam a condenação ao fracasso de toda uma geração e contrariam a narrativa de sucesso que ainda ontem voltou a ser apresentada em várias intervenções do Partido Socialista.

Quanto à recuperação de aprendizagens, o próprio Tribunal de Contas arrasou o plano de recuperação de aprendizagens: não tinha metas, era pouco concreto, não tinha monitorização e grande parte da dotação foi para infraestruturas, em vez de ser canalizada para as escolas e os alunos terem mais recursos e mais professores. Sim, condenaram uma geração ao fracasso!

*Aplausos da IL.*

E continuamos a ter alunos sem professores, ano após ano. É a falência do nosso sistema de ensino, aquele que é um dos principais pilares da nossa sociedade, que devia permitir a igualdade de oportunidades.

Na habitação, uma imensidão de promessas: em 2017, mais 7500 casas; em 2018, mais 24 000; em 2019, mais 12 000 novas camas em residências universitárias. Muitas promessas, praticamente nenhuma casa, e um Mais Habitação que persegue os proprietários, não incentiva a construção e nada resolve. É um Mais Habitação que gera menos habitação.

*Aplausos da IL.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, fica assim feita a descrição do estado do País. Este modelo económico que a esquerda tanto defende é um modelo assente em mais Estado para perpetuar o socialismo, menos liberdade para perpetuar a dependência. É um modelo falhado, com políticas mais do que testadas em vários países, incluindo o nosso, e que levaram sempre ao mesmo resultado: mais pobreza, mais exclusão, e a única coisa que consegue gerar e distribuir é a miséria.

Com o resultado das eleições do passado dia 10 de março abriu-se um caminho para alterar o estado do País, uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para fazer as reformas necessárias e urgentes para o País, para dar resposta às necessidades das pessoas e as tirar da trajetória de empobrecimento em que se encontram, e para permitir que as empresas cresçam e o mercado se torne mais competitivo, para atrair mais investimento estrangeiro.

Sr. Primeiro-Ministro, fizemos um diagnóstico a este Programa do Governo e concluímos que, apesar de serem apenas seis as medidas da Iniciativa Liberal que constam do Programa, há um conjunto de ideias que defendemos e que, registamos, fizeram o seu caminho, e são agora uma preocupação efetiva. São exemplos

disso a necessidade de promover crescimento económico, a redução da carga fiscal, a simplificação e desburocratização e a necessidade de reduzir impostos no setor da construção.

No entanto, este Programa do Governo fica aquém das necessidades do País.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço desculpa, mas pedia à Assembleia o favor de dar condições de audição.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Pedro Nuno, vamos ouvir!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — O País precisa de mais, os portugueses precisam de muito mais.

Os portugueses precisam de alívio fiscal. Percebemos a importância de reter o talento e contrariar o ciclo da emigração jovem, mas não nos podemos esquecer de todos os outros portugueses, nem tão pouco é justo que o façamos. Os maiores de 35 anos enfrentam também constrangimentos brutais no seu dia a dia, e o alívio fiscal que vão sentir é claramente insuficiente para que consigam prosperar, quando a ambição do crescimento do salário médio é pouca ou nenhuma.

Na habitação, ficam isentos de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) na compra de primeira casa os jovens. Esqueceram-se de que as necessidades das pessoas mudam. A decisão de ter mais filhos ocorre muitas vezes já depois dos 35 anos, e para estes a carga fiscal na compra de casa continua a ser brutal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Ninguém entende esta discriminação, que só vai criar mais complexidade e iniquidade na procura de casa.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Na saúde, precisamos de uma reforma estrutural. Só se recorre ao setor privado e social quando o Serviço Nacional de Saúde falha. Acreditamos que os três setores — público, privado e social — devem estar ao serviço das pessoas, garantindo uma verdadeira liberdade de escolha, a universalidade do acesso e, acima de tudo, que as pessoas consigam aceder em tempo útil.

Além disso, não há referências expressas ao regresso das parcerias público-privadas, algo que inclusivamente foi prometido durante a campanha eleitoral. Mais uma vez, neste ponto também, o Programa fica aquém das necessidades.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — No IRC, é fundamental haver uma descida substancial e imediata, garantindo que o regime fiscal se torna competitivo, como forma de atrair mais empresas estrangeiras. O crescimento económico é a forma mais eficiente de combater o desemprego, os baixos salários e a pobreza, e esse crescimento económico só surge com uma economia competitiva, que atrai mais investimento.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, termino com um apelo.

Depois de tantas décadas de estagnação, de tantas gerações fustigadas por crises económicas de diversas origens e naturezas, pandemia e guerra, que não haja receios nem tibiezas em implementar um novo modelo económico competitivo e emancipador, que permita pôr o País a crescer e a funcionar; um modelo amigo de

mulheres e homens livres, que permita que as pessoas façam as suas escolhas, assumam riscos, possam empreender, possam subir na vida pelo seu trabalho e não estejam condenadas à precariedade, aos baixos salários e à emigração.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — A 10 de março, os portugueses mudaram o Governo, mas fizeram-no porque sentiram a urgência de uma mudança visível de políticas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — A transformação de que o País precisa tem sido negada, ignorada ou protelada. Os nossos filhos e os nossos netos não nos perdoarão se desperdiçarmos mais uma oportunidade de lhes garantir o futuro. Não é aceitável que continuemos a hipotecar o futuro das próximas gerações.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — A Iniciativa Liberal cá estará, para cumprir a palavra que deu aos portugueses.

*Aplausos da IL, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 14 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, 14 minutos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Chegamos ao fim do debate do Programa do Governo com uma particular característica, a esquerda a exigir o cumprimento urgente de medidas que o País não pode mais adiar.

Se não fosse piada para quem nos está a ver, é o retrato de Portugal de 2024. Bloco, PCP, Livre, juntamente com o novo líder do Partido Socialista, dizem: «Nem mais um dia. É tudo para cumprir. Portugal está muito, muito atrasado.»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Então e a sua moção de rejeição? Prometeu tanto! Estávamos à espera!

**Vozes do CH**: — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pelo caminho, esqueceram o essencial: quem governou Portugal durante os últimos oito anos não foi ninguém que não estivesse nesta Casa, ou nenhum partido que não estivesse aqui representado; foram mesmo estes partidos, e foi mesmo este Secretário-Geral do PS, um dos grandes responsáveis pelo atraso português que hoje estamos a viver em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Por isso, ouvimos a esquerda dizer que agora a direita tem esta oportunidade, que agora é o momento de fazer essas mudanças, quando, durante anos, tiveram a habitação a degradar-se e nada fizeram, a saúde a degradar-se e nada fizeram, a corrupção a aumentar e nada fizeram, e deixaram o País no maior pântano possível, no pós-25 de Abril.

Esses mesmos não têm nenhum pudor nem nenhuma vergonha em apresentarem-se agora no Parlamento, a dizer: «Agora é que é, nós faríamos muito diferente.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas chega do irónico ao cómico, com o PCP e o Bloco a apresentarem uma moção de rejeição a este Governo.

*Risos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Mandaria a responsabilidade que quem rejeita o Programa do Governo apresentasse o Governo alternativo. Só que não, não é o PS que rejeita o Programa do Governo. É um partido com quatro Deputados que rejeita o Programa do Governo — quatro Deputados! —,...

*Aplausos e risos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estávamos à espera da sua, mas é só garganta!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e um partido com cinco Deputados, que os acompanha. Juntos não formariam um Conselho de Ministros, mas querem mandar abaixo o Governo da República de Portugal.

*Aplausos do CH.*

É a total e absoluta irresponsabilidade, a que o Chega não se juntará,...

*Protestos do BE e do L.*

**Vozes do CH:** — Chiu! Deixa ouvir!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque a irresponsabilidade já fez o seu caminho com António Costa, e não deve agora ser repetida por Pedro Nuno Santos, Paulo Raimundo e Mariana Mortágua.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, ao dia em que chegamos a este Programa do Governo, o País não vive, infelizmente, soluções nem de certeza nem de estabilidade. Não o vive muito por culpa do Primeiro-Ministro que foi indigitado, Luís Montenegro.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Claro que, no clima criado pelo PSD, este Governo tem medo do retificativo, tem medo do Orçamento do Estado e tem medo da própria sombra.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas não tem medo do Chega, porque o Chega corta-se!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tem porque assim a si próprio se colocou, porque não criou nenhuma solução de estabilidade, fugiu ao problema, e agora assume poder governar com este Orçamento, o pior Orçamento que aqui combatemos, nesta Assembleia da República, e em que PSD, Iniciativa Liberal e Chega votaram contra.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, Dr. Luís Montenegro, palavras suas, há uns meses: «Este é um Orçamento betinho e pipi.»

*Risos e aplausos do CH.*

«Este é um Orçamento betinho e pipi. Parece que faz, mas não faz. É um Orçamento de impostos máximos e serviços mínimos.»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olha, bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, eu não quero acreditar, eu não quero mesmo acreditar, de coração, que vai governar Portugal com um Orçamento de impostos máximos e serviços mínimos, um Orçamento que nada faz.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vem aí um segundo livro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, em nome da direita, em nome da mudança e em nome da reforma, deixo-lhe aqui o desafio: em nome de Portugal, vamos fazer um retificativo, para resolver os problemas de homens e mulheres que querem mudar este País.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do BE.*

À hora a que aqui falamos, os setores que confiaram na mudança e tiraram a maioria absoluta ao Partido Socialista voltam a ficar inquietos e imprevisíveis. Sim, Chega e PSD roubaram ao Partido Socialista quase metade dos votos que este havia alcançado em 2022.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Eh lá!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muitos destes votos transferiram-se da abstenção, mas muitos outros, da função pública, dos pequenos empresários, do mundo rural, homens e mulheres que acreditaram em António Costa em 2022 e que transferiram o seu voto para o Chega e para o PSD em 2024.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para o PSD, poucos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A estes homens e mulheres, sejam eles polícias, pequenos empresários, agricultores, jovens, sejam eles as forças vivas ou menos vivas da sociedade portuguesa, nós temos o dever de dar uma resposta fundamental. Temos o dever de lhes dizer que eles não têm de sair à rua, como já estão a anunciar neste momento. Temos o dever de dizer que oficiais de justiça não têm de dormir em tendas à porta da Assembleia da República, como ontem à noite aconteceu, para se fazerem ouvir.

*Aplausos do CH.*

A esses homens e mulheres, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos de dar uma resposta pronta e uma resposta rápida.

Àqueles que trabalham e que sentiram a enorme carga fiscal do legado de António Costa e do Partido Socialista, àqueles que sentiram que Portugal deixou de valer a pena e àqueles que sentiram que era melhor não trabalhar em Portugal do que trabalhar, porque lá está sempre o Estado para distribuir subsídios por todos, mesmo por aqueles que não querem fazer nada, a esses, nós temos o dever, Sr. Primeiro-Ministro, de lhes dizer que há mesmo um caminho diferente e que esse caminho não é feito com o medo de apresentar orçamentos, com o medo de cair na curva seguinte ou com o medo de que a sombra nos engula a um determinado momento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós temos de resolver os problemas de Portugal, porque foi para isso que fomos mandatados. Não fomos mandatados para perceber se o Orçamento passa em setembro, outubro ou

novembro. Não fomos mandatados para perceber se o retificativo terá o apoio do Chega ou do Partido Socialista. Mas fomos mandatados, e o Sr. Primeiro-Ministro foi mandatado, para dizer quando, como e quanto; como vai dar aos polícias, quanto vai dar aos professores, como vai resolver o problema dos enfermeiros, como vamos resolver o problema da mobilidade, e — deixe-me dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro — como olhar na cara de milhões de portugueses que nos estão a ver e dizer-lhes: «Vocês vão viver num País onde podem pagar a vossa casa e onde não terão, todos os meses, de sofrer para ter uma casa digna.»

*Aplausos do CH.*

Porque é isso que quem nos está a ver quer. É isso que quem nos está a ver quer. Quem está neste momento com as televisões ligadas por esse País todo, de norte a sul e nas regiões autónomas, está a acompanhar o debate e pergunta: «O que é que eles vão fazer por mim hoje? O que é que este Parlamento pode resolver dos problemas que me afetam a mim, à minha família e aos meus? O que é que falhou de Abril, esse Abril com que nós enchemos a boca todos os anos para dizer “50 anos do 25 de Abril”?»

Em casa, meus amigos, já ninguém quer saber disso. Em casa querem saber da pensão que não aumentou.

*Protestos do PS e do L.*

Em casa querem saber da corrupção que aumenta, querem saber dos salários baixos. É disso que querem saber.

*Aplausos do CH.*

Em casa não querem cumprir Abril, porque para eles é Abril todos os dias, quando têm de pagar as contas do supermercado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em casa eles não querem cumprir os cravos, nem andar de chaimites na Avenida da Liberdade. Querem que os filhos deles tenham uma escola segura, onde não sejam assaltados quando para lá vão, de manhã, ou quando de lá saem, ao fim do dia.

Quem está a ver, em Beja, em Odemira e no Porto, não quer saber de Abril, quer saber da invasão de imigrantes que tem nas suas terras e que nós temos de impedir em Portugal. É isso que acontece.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PS, do BE e do L, tendo Deputados do PS batido com as mãos nos tampos das bancadas, e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vão para o jardim zoológico!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Isso agora já é democracia?

O Sr. **Presidente**: — Agradeço aos Srs. Deputados que deem condições para que o Sr. Deputado André Ventura continue a usar da palavra.

Sr. Deputado, só um segundo.

*Pausa.*

Muito obrigado.

Pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

As pessoas que nos estão a ver não querem saber de celebrações de 50 anos, com comissários pagos a 5000 € por mês ou 6000 € por mês;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... não querem chegar aqui e ver cravos espalhados pelo Parlamento, homens e mulheres em festa, como se tivessem alguma coisa para celebrar que não a tristeza e a pobreza para que atirámos as suas vidas ao longo dos últimos anos.

Eu sei. Eu sei que isto custa ao agora minoritário departamento de esquerda deste Parlamento.

*Aplausos do CH.*

Eu sei que custa, eu sei que custa!

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, também esses desígnios falharam. E esses desígnios são também aqueles que temos de cumprir agora. Os jovens não podem ficar à espera de 2030 para um salário de 1750 €. Eles precisam de ter perspectivas neste País, e as perspectivas neste País não são viagens de comboio, nem estadias em Pousadas de Juventude.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eles precisam de um futuro para onde possam olhar e dizer: «Nós queremos este País, porque amamos este País.» De todos estes jovens que aqui estão, tenho a certeza de que, se pudessem escolher, nenhum deles sairia deste País. Mas sabem porque é que saíram? Saíram porque, ao longo dos últimos 50 anos, este sistema político não lhes deu nenhuma solução para ficarem em Portugal. Repito, nenhuma solução para ficarem em Portugal!

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, não podemos ficar a meio da ponte. A ideologia de género tem de ser combatida nas escolas portuguesas!

*Aplausos do CH.*

Não podemos ter medo disso, pois veja que sempre o dissemos e de 1 passámos para 12, de 12 para 50 e de 50 seremos 117, daqui a uns meses ou daqui a uns anos.

*Aplausos do CH.*

É preciso não ter medo, mas sobretudo, Sr. Primeiro-Ministro, é preciso não esquecer aquilo para que fomos eleitos.

Gostava hoje, se nos permitissem, de deixar um apelo e, ao mesmo tempo, uma saudação, porque eles merecem e também são parte desse Abril que a esquerda esqueceu. Eles merecem que este Governo que agora entrará em funções não os esqueça e, da nossa parte, não o deixaremos esquecer. Falo dos militares e dos ex-combatentes,...

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

... que fizeram este País e que merecem hoje a nossa profundíssima saudação portuguesa.

*Aplausos do CH, com Deputados de pé.*

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, esta direita venceu as eleições do dia 10 de março a criticar a extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e as políticas de imigração do Governo socialista. O SEF foi extinto e nós dissemos que íamos reverter a extinção do SEF. Dissemo-lo todos aqui, nesta Casa!

Não devemos esquecer aquilo que dissemos aos portugueses: dissemos que as fronteiras voltariam a ser controladas; dissemos que o SEF voltaria a ser restaurado ou que uma polícia voltaria a ter poder sobre as nossas fronteiras. Fizemos essa promessa aos nossos concidadãos e o Portugal de 2024 tem sido cada vez mais assolado por fenómenos de imigração profunda, descontrolada e muitas vezes verdadeiramente vergonhosa para Portugal.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O repto que lhe deixo, Sr. Primeiro-Ministro, porque o Chega o proporá nas próximas semanas, é que aceite, conforme prometido — repito, conforme prometido —, que o SEF volte a controlar as fronteiras portuguesas, para de uma vez por todas atirmos para o caixote do lixo da história a última lei de imigração e nacionalidade em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Como é mesmo para ser diferente, deixo-lhe um desafio: uma auditoria profunda ao Estado, ao Estado profundo, àquele que, nos últimos anos, tem sugado o dinheiro dos portugueses, àquele para onde têm ido milhões de euros em observatórios, em fundações e por aí além; uma auditoria à lista de pagamentos do Estado, que tem, no fundo, permitido que um sistema subterrâneo viva há anos, enquanto quem o sustenta não recebe absolutamente nada; uma auditoria desde o mais baixo ao mais alto, desde a pequena autarquia até ao Estado central, sendo que os recursos todos são sugados para serem entregues novamente aos mesmos de sempre.

É que esses mesmos de sempre podem não ser a loucura da grande distribuição, em que o Bloco vive todos os dias, mas são certamente os que mandam em Portugal há muitos anos; aqueles que, por trás da cortina, estão sempre lá, no grande negócio do Estado.

O Sr. **Presidente**: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vou terminar, Sr. Presidente.

É a esses agora que temos de ir buscar, para dar a quem merece.

Vou terminar mesmo, Sr. Presidente, dizendo isto: permita-me, Sr. Primeiro-Ministro, corrigir-lhe ligeiramente o discurso. Disse o Sr. Primeiro-Ministro que terminava com uma citação de Saramago. Eu termino com uma de Camões, o nosso maior poeta: «Cesse tudo o que a Musa antiga canta,/ Que outro valor mais alto se alevanta.»

Que esse valor mais alto seja Portugal.

*Aplausos do CH, de pé.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Parece o Salazar!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vocês é que falam dele!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E a vossa moção de censura? Era só garganta!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vocês querem é tachos!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Agradeço aos Srs. Deputados que deem condições para o próximo orador poder falar. Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Das eleições legislativas do passado dia 10 de março saiu uma candidatura vencedora. Quase 6,5 milhões de eleitores foram às urnas e a AD ganhou por pouco mais de 50 000 votos, uma vantagem de cerca de 0,8 %. Mas ganhou!

Na campanha eleitoral, assumimos um compromisso com o País: se o PS não vencesse as eleições ou não conseguisse construir uma maioria parlamentar que lhe permitisse formar um Governo estável, não nos oporíamos à formação de um Governo da AD. Assumimos este compromisso, porque não queríamos criar um impasse constitucional que impedisse que, logo a seguir às eleições, o País tivesse um Governo em plenas funções. Queria deixar isto muito claro, para que não subsistam mal-entendidos sobre o significado da decisão do Partido Socialista em votar contra as moções de rejeição apresentadas.

Ao permitir a investidura parlamentar do Executivo, o PS evita um impasse constitucional e garante que o Governo tenha reunidas as condições para começar a governar. Repito, a não viabilização das moções de rejeição significa tão-só isto: permitir o início da ação governativa; não pode, pois, ser lida como um apoio ao Programa do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro, em vez de se congratular com a posição do PS, quis concluir mais do que podia sobre o nosso sentido de voto. Percebo que quisesse que o PS lhe assegurasse o número de Deputados que os portugueses não lhe deram, mas não foi para isso que os Deputados do PS foram eleitos.

*Aplausos do PS.*

Já lhe resolvemos uma crise na Assembleia da República, quando se revelou incapaz de garantir a eleição do seu candidato à Presidência. Já nos disponibilizámos para aprovar um Orçamento retificativo, caso seja necessário, para valorizar as carreiras e a grelha salarial dos trabalhadores da Administração Pública. Hoje, vamos inviabilizar as moções de rejeição ao seu Programa do Governo.

Contudo, não somos nós que temos de procurar condições de governabilidade.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Ser Governo não significa apenas ter mais poder; significa também ter mais responsabilidade, desde logo, a responsabilidade de conseguir construir uma maioria que lhe permita governar com estabilidade. Na sequência do ato eleitoral, o Sr. Primeiro-Ministro entendeu que, apesar da sua vitória tangencial e do Parlamento fragmentado que resultou das eleições, reunia as condições para formar Governo. Se o fez, foi certamente porque confiou nas suas capacidades para garantir condições de governação estável. A partir de agora, tem a oportunidade e a responsabilidade de o provar, e essa prova será constante, não acaba neste debate. Pelo contrário, essa prova só começa verdadeiramente hoje.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a análise da realidade pós-eleitoral não se faz só da aritmética dos votos contados e dos Deputados eleitos; faz-se também das ideias, dos projetos e das soluções para o País que os partidos defenderam antes do ato eleitoral. É com base nessas ideias, projetos e soluções que os partidos constroem programas. É com base nesses programas que os partidos se apresentam a eleições e é com base nesses programas que os eleitores decidem votar num dado partido.

Durante a campanha, foram defendidas visões para o País, visões diferentes, traduzidas em compromissos eleitorais distintos. Afirmo isto para sublinhar algo que devia ser óbvio para todos: as diferenças entre ideias, projetos e soluções para o País, as clivagens programáticas traduzidas nos compromissos eleitorais da AD e do PS não acabaram a 10 de março.

O PS não tem duas faces, uma antes e outra depois da campanha eleitoral.

*Aplausos do PS.*

Hoje, o PS não pensa de forma distinta do que pensava a 9 de março. Hoje, o PS continua a achar que o Programa Eleitoral da AD, agora transformado em Programa do Governo, é ilusório na sua base macroeconómica, é irrealizável no seu conjunto de promessas, é ineficaz nas soluções propostas para os problemas, é injusto na distribuição dos recursos e vai incapacitar futuras respostas dos serviços públicos aos problemas dos portugueses.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Estavam tão bem!...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nesta Legislatura, o papel do Partido Socialista será o de liderar a oposição. Seremos uma oposição democrática e responsável, uma oposição que, tal como o Governo, também trabalha e também representa o povo português.

*Aplausos do PS.*

Não seremos, como alguns temem, oposição de bloqueio, de bota-abaixo. Também não seremos, como alguns desejam, oposição de suporte, a muleta do Governo. Seremos, sim, a oposição da alternativa, fiel ao nosso programa eleitoral.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, se excluirmos as matérias de regime e do Estado de direito democrático, como são a política externa, a política de defesa, a política de segurança interna ou a justiça, o Chega e a IL estão mais próximos do Programa do Governo da AD do que o PS.

*Aplausos do PS.*

O Governo quer reduzir de forma radical o IRC de 21 % para 15 % e eliminar as derramas estadual e municipal. O PS discorda; a IL e o Chega concordam.

**Vozes da IL:** — Não, não!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Estás enganado!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O Governo quer responder às dificuldades do SNS recorrendo mais ao setor privado. O Governo parte do princípio de que há capacidade excedentária no setor privado, mas não há! O vale-consulta, por exemplo, apenas reforçará a capacidade do setor privado de recrutar mais profissionais de saúde no setor público.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — O SNS ficará mais enfraquecido, enquanto a capacidade total do sistema pouco se alterará.

*Aplausos do PS.*

O PS discorda desta estratégia; a IL e o Chega concordam.

O Governo quer responder à crise na habitação com mais benefícios fiscais, revogando várias normas do Mais Habitação, liberalizando o alojamento local, em sentido contrário ao que toda a Europa está a fazer, e limitando a construção pública à população mais vulnerável.

O Governo, em vez de retirar pressão do lado da procura, nomeadamente da que não se destina a cumprir a função habitacional, vai acrescentar ainda mais. O PS discorda desta estratégia; a IL e o Chega concordam.

*Aplausos do PS.*

Não vamos ajudar o Governo a implementar um programa que, para nós, é de retrocesso económico e social. Trata-se de um programa que revoga medidas importantes que foram adotadas por nós, que reduz a tributação sobre os lucros de empresas, que não os vão reinvestir, e que prevê medidas que fragilizarão ainda mais os serviços públicos.

Não vamos ajudar o Governo, mas na realidade o Governo também não precisa de nós, pois tem uma maioria de direita para isso.

*Aplausos do PS.*

Contam connosco para defender o regime, a democracia e a Constituição. Não contam connosco para o retrocesso económico, social e cultural.

*Aplausos do PS.*

Defendemos que devemos olhar para Portugal inteiro como uma comunidade feita de cidadãos dependentes entre si, uma comunidade que nos confere direitos e liberdades e nos impõe deveres e obrigações, uma comunidade onde os problemas de uns são os problemas de todos.

Defendemos que, a nível da estratégia de política económica, o Estado deve tornar o seu sistema de apoios e incentivos mais seletivo, porque os seus recursos são escassos. O Estado tem a obrigação de fazer escolhas quanto aos setores e tecnologias a apoiar, pois só assim poderá concentrar os recursos necessários para desenvolver os setores ou tecnologias capazes de arrastar processos de transformação.

Uma estratégia económica capaz de fazer escolhas com base nas competências empresariais, científicas e tecnológicas existentes permitiria aquilo que a habitual pulverização de apoios e incentivos públicos não permite e que devia ser o grande objetivo de um Governo: acelerar a transformação estrutural da nossa economia, objetivo que nenhum choque fiscal — o dogma da direita — conseguirá.

*Aplausos do PS.*

Defendemos que o caminho para a nossa economia ser mais produtiva e para as empresas produzirem bens e serviços mais sofisticados também passa por um choque salarial. Enquanto a direita mantém a ilusão de que a economia se vai qualificar com um choque fiscal para os de cima, o PS sabe que o aumento sustentado dos salários pressiona as empresas a tornarem-se mais eficientes e competitivas.

Melhores salários não são apenas bons para os trabalhadores, são bons para o País, não só porque colocam mais dinheiro no bolso dos trabalhadores, mas também porque obrigam as empresas a inovar. É por isso que o salário mínimo deve continuar a subir e que devem ser revistas — para cima! — as metas do acordo de rendimentos para o salário médio.

*Aplausos do PS.*

Da mesma forma que defendemos o aumento dos salários no setor privado, defendemo-lo na Administração Pública. Não passámos a defendê-lo agora. O PS defendeu-o na campanha eleitoral e eu defendo-o desde o tempo em que ainda nem era Secretário-Geral do PS.

Os 60 dias não foram invenção nossa, mas decorrem das promessas eleitorais do Primeiro-Ministro em campanha.

*Aplausos do PS.*

Surpreende-nos, aliás, que agora diga que são negociações muito complexas e que não sabe quando é que estarão concluídas. Em campanha era fácil o que agora é complexo!

Defendemos que, enquanto pilares do Estado social, os serviços públicos devem continuar a ser universais, de qualidade e tendencialmente gratuitos. Esta é uma área onde é muito claro o que separa a direita do Partido Socialista: enquanto o Programa do Governo procura fazer o que todos os governos de direita fazem, que é desviar recursos do Estado e dos serviços públicos para o setor privado, a nossa estratégia será sempre a oposta, ou seja, a do reforço do investimento e a do aumento da cobertura e da qualidade dos serviços prestados.

*Aplausos do PS.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, como Secretário-Geral do Partido Socialista, quero deixar aos portugueses, antes de terminar, três mensagens centrais.

Primeira mensagem: nesta Legislatura, o PS liderará a oposição com o mesmo respeito pelos seus valores matriciais, com a mesma responsabilidade e com a mesma preocupação com o País que teria se estivesse no Governo.

*Aplausos do PS.*

Segunda mensagem: a alternativa entre o PS e a AD não se esgotou a 10 de março. Sim, a AD ganhou as eleições. Sim, a AD é Governo. E, sim, o PS está na oposição. Mas, enquanto oposição de alternativa, o PS não se deixará anular, o PS não trairá aqueles que nele confiaram o seu voto e, não, o PS não se deixará intimidar por manobras de vitimização por parte do Governo.

*Aplausos do PS.*

Terceira mensagem: defenderemos nesta Assembleia as nossas propostas.

Aos que nos pedem para que os deixem trabalhar, respondemos que também estaremos no Parlamento a trabalhar. Aos que nos interpelam para que aproveemos as suas iniciativas, respondemos que também queremos que aproveem as nossas.

*Aplausos do PS.*

Não é só o Governo que tem iniciativa; o Parlamento e os grupos parlamentares também têm. Não é só o Governo que quer que lhe aproveem as suas iniciativas; os grupos parlamentares também querem. O Governo trabalha e o Parlamento também!

*Aplausos do PS.*

Avançaremos de imediato com cinco iniciativas parlamentares que constam do nosso programa.

Primeira iniciativa: reduzir o IVA da eletricidade para a taxa reduzida para mais de 3 milhões de portugueses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora?! Agora?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Agora é que é!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Segunda iniciativa: excluir os rendimentos dos filhos como condição para o acesso ao complemento solidário para idosos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Agora?! Ao fim de oito anos?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Agora é que é!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Terceira iniciativa: eliminar as portagens nas ex-SCUT (sem custo para o utilizador)...

*Aplausos do PS, de pé.*

*Risos e protestos do CH.*

**Vozes do CH:** — Agora?! Estiveram lá oito anos!

O Sr. **Presidente:** — Peço aos Srs. Deputados que deem condições para se poder continuar a ouvir o Sr. Deputado Pedro Nuno Santos.

**Vozes do CH:** — Vocês são populistas! Populistas!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Não percebo a surpresa, são propostas que constavam no nosso programa eleitoral.

*Risos do CH.*

E, se concordam, têm bom remédio: aprovar a iniciativa do PS.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

Como estava a dizer, propomos eliminar as portagens nas ex-SCUT, designadamente na A28, no Alto Minho, na A13 e A13-1, no Pinhal Interior, na A23 e A25, na Beira Interior, na A4 e A24, em Trás-os-Montes, e na A22, no Algarve.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do CH:** — É nossa a proposta!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Se concordam, estarão ao nosso lado.  
Quarta iniciativa: aumentar a despesa dedutível com arrendamento até atingir os 800 €.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma vergonha!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Quinta iniciativa: alargar o apoio ao alojamento estudantil hoje pago aos estudantes bolsheiros da classe média, pagando-o a todos os estudantes deslocados cujo rendimento familiar vá até ao 6.º escalão de IRS.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isso é um Orçamento!

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Nós não fomos eleitos apenas para votar as propostas dos outros grupos parlamentares; fomos eleitos para apresentar as nossas e ficamos à espera para ver como vão votar estas iniciativas.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH.*

Por fim, quero garantir a todos os portugueses que o PS será intransigente na defesa das liberdades, direitos e garantias e será intransigente na defesa das conquistas alcançadas em 50 anos de democracia, porque nós sabemos que a ameaça a essas conquistas paira e é real não só aqui, mas em toda a Europa.

Não, nós não queremos — e sabemos bem que a esmagadora maioria dos portugueses também não quer — que se volte para trás.

*Aplausos do PS.*

Por isso, sim, o PS estará cá, na linha da frente do combate, pela defesa da democracia, da liberdade e da igualdade, para que todos, mesmo todos, sejam respeitados.

*Aplausos do PS, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Hugo Soares, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: Não resisto a um comentário prévio à intervenção que tinha planeado fazer.

**Vozes do PS:** — Resista! Resista!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ao ouvir a intervenção que me antecedeu, do Secretário-Geral do Partido Socialista, devo dizer-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que há quem acredite mais na nossa projeção macroeconómica do que o próprio Governo.

*Protestos do PS.*

Começou por dizer o Secretário-Geral do Partido Socialista que não acreditava na projeção do crescimento económico que o Governo apresentou. A seguir, na própria intervenção, no mesmo dia, na mesma hora, no mesmo debate, foi capaz de apresentar um elenco de medidas, sem dizer quanto custavam, que é bem capaz de não conseguir enquadrar nos números apresentados pelo Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Mas, se isso não fosse só irresponsável, sendo até um ato de alguma hipocrisia política, há algo mais na intervenção do Secretário-Geral do Partido Socialista, sobretudo no apoio que colheu de algumas colegas da sua bancada, Sr. Deputado Pedro Nuno Santos. Ouvir o Secretário-Geral do Partido Socialista anunciar, por exemplo, a abolição das portagens nas ex-SCUT e ver as antigas membros do Governo levantarem-se para aplaudir, quando há um mês não foram capazes de o decidir, é hipocrisia, é uma mentira, é uma falsidade. Não é assim que se deve governar o País!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

*Protestos do PS.*

Sr.<sup>as</sup> Deputadas, onde estavam há seis meses atrás?! Onde estavam há um ano atrás?!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Há umas semanas!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, deem condições para o orador poder continuar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu não sei onde estavam, mas já percebi que hoje estão incomodados.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o que mina o prestígio das instituições, o que mina a confiança das portuguesas e dos portugueses lá fora, é o que aqui acabou de acontecer. Quem teve a caneta na mão para decidir levantar-se hoje para aplaudir quem anuncia, porque está agora na oposição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

Faço um último comentário, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: não me parece que seja o Governo que tem medo de apresentar um Orçamento retificativo; o que me parece é que há muitas bancadas com medo de votar o Orçamento do Estado. Isso sim! O medo não está em quem quer ou não apresentar um Orçamento retificativo; o medo está em quem tem medo de olhar para o Orçamento do Estado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Uma nota final prévia: custa-me mesmo perceber — e custará a todos os portugueses — a insistência do Partido Socialista em instar o Governo para apresentar um Orçamento retificativo, um Orçamento que corrige, um Orçamento que emenda. Será que há alguma portuguesa ou algum português que entenda que é o Governo socialista que quer exigir ao novo Governo que emende, que corrija, que retifique o Orçamento que era, precisamente, do Partido Socialista?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portugal não está bem. Nos últimos anos, o prestígio das instituições foi fortemente afetado: o Estado social degradou-se em áreas fundamentais como a saúde, a educação ou o acesso à habitação; famílias e empresas estiveram asfixiadas em impostos; e o que o Estado tirou em impostos máximos devolveu em serviços mínimos.

Quem quiser negar esta evidência não pode merecer, não mereceu e não merece ser credor da confiança dos cidadãos, porque negar o estado em que o País está, negar as dificuldades e os constrangimentos das famílias e das empresas, é negar o Portugal real. Negar o País real é fechar os olhos a um país que não é capaz de fixar o nosso futuro.

Os jovens, que são filhos e netos de alguém e em que nós, enquanto País, investimos, emigram para colocar o nosso investimento coletivo ao serviço de outros países.

Os jovens, os filhos de Portugal, que podiam e deviam aportar conhecimento, inovação e talento à nossa capacidade económica, não se encontram aqui para dar resposta a essa ambição coletiva e à ambição deles

próprios. Jovens que queriam aqui ficar, com pais e avós, mas Portugal não respondeu ao seu sonho, um sonho às vezes tão básico como o de ter acesso à habitação ou um salário justo.

Garantir aos filhos de Portugal que é aqui que podem cumprir o seu sonho é cumprir Abril, é cumprir Portugal!

*Aplausos do PSD.*

Foi por tudo isto que os portugueses, no passado dia 10 de março, quiseram uma mudança, uma nova composição parlamentar, um novo Governo e, sim, um novo Primeiro-Ministro, legitimado pela vitória nas urnas.

E é por isso que aqui estamos a discutir um novo Programa do Governo, um Programa do Governo que seja capaz daquilo que verdadeiramente importa, resolver o problema concreto da vida das pessoas; um Programa do Governo que cuida e protege, que olha para os mais velhos — Portugal não tem de ter mulheres e homens que trabalharam uma vida inteira com pensões de miséria —; um Programa do Governo que cuida e protege, que olha para as famílias, baixa impostos e possibilita o acesso às creches; um Programa do Governo que cuida e protege, que olha para a nossa comunidade e dota as forças e os serviços de segurança de meios e instrumentos para assegurar a paz pública, a ordem pública e a segurança de pessoas e bens; mas também um Programa do Governo que projeta e ambiciona, que olha para a Administração Pública e a quer moderna, simples, transparente e eficaz; um Programa do Governo que projeta e ambiciona uma economia forte, pujante, capaz de crescer de forma sustentável.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o dia de ontem demonstrou uma dicotomia muito estranha, uma dicotomia entre os que quiseram discutir o País real e outros que quiseram pôr o foco político naquilo que nada tem a ver com o País real.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de discutir a baixa de impostos aos portugueses, sobretudo à classe média, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de isentar de imposto as transações na aquisição de imóveis e o imposto de selo na compra da primeira habitação para jovens, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de discutir a execução urgente dos fundos comunitários, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam em baixar impostos sobre a maioria das empresas portuguesas, para poderem ser mais competitivas e pagarem melhores salários, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de um programa de emergência para a saúde sem preconceitos ideológicos, um programa que salve o Serviço Nacional de Saúde, que dê resposta na medicina familiar, nas consultas, nas cirurgias, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de programar e resolver a recuperação do tempo de serviço dos professores, de iniciar a resolução justa das carreiras dos profissionais dos serviços e das forças de segurança, outros preocupavam-se em discutir maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam com as carreiras na Administração Pública, de médicos, enfermeiros, auxiliares, professores, guardas prisionais, técnicos de justiça, Forças Armadas, outros preocupavam-se com maiorias parlamentares.

Ontem, enquanto uns se ocupavam de garantir um rendimento mínimo a cada pensionista no valor de 820 € até ao final da Legislatura, outros preocupavam-se em discutir maiorias parlamentares.

Discutimos o País real e discutimos aquilo que os outros acham que é importante para o País real.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tenho-o dito e aqui o reitero: aos portugueses nada interessa se quem resolveu o seu problema concreto, o problema da sua vida em concreto, foi o PSD com o apoio do Chega ou com o apoio do Partido Socialista; aos portugueses, o que interessa é ver o seu problema resolvido!

*Aplausos do PSD.*

É por isso que, numa palavra, quero daqui responder àqueles que ontem tinham como principal preocupação a composição das maiorias parlamentares. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta é toda a maioria parlamentar que importa, esta é a maioria parlamentar que importa à vida dos portugueses.

O que importa à vida dos portugueses, repito, é resolver os seus problemas, não é saber que maiorias se compõem na Assembleia da República!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta nossa maioria, a Casa da Democracia, é aquela que deve pôr no topo das preocupações, como prioridade, a vida concreta dos portugueses. É no diálogo com todos, conhecendo bem as nossas diferenças, algumas delas profundas e insanáveis, que devemos procurar as pontes para a estabilidade política, mas, essencialmente, para a resolução dos problemas na vida das pessoas.

Sr. Presidente, queria terminar com uma palavra de esperança. No dia em que discutimos o Programa do Governo e, sobretudo, num dia em que as galerias se enchem de jovens portugueses, termino mesmo com esperança, termino com uma palavra de profunda convicção de que os dias que aí vêm serão melhores do que os dias que se foram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não é difícil!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Termino com a certeza de que é possível fazer muito melhor.

Termino, portanto, com uma palavra de esperança para muitos e muitos portugueses que sonham mesmo com um dia melhor.

Termino citando a letra de um poema de uma das maiores fadistas dos nossos tempos e que tem ela própria, na sua voz, imortalizado: «Algo me diz que a tormenta passará / É preciso perder para depois se ganhar / E mesmo sem ver, acreditar.» Vamos acreditar!

*Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Governo, dou a palavra ao Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Dr. Paulo Rangel.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Caros Colegas Membros do Governo, portuguesas e portugueses: Se há algo que este debate prova e mostra é que o XXIV Governo, o novo Governo, veio para resolver problemas — para resolver os problemas das pessoas, das empresas, dos serviços públicos, dos pilares do Estado.

O novo Governo — sim, este é um novo Governo e é um Governo novo, cheio de ânimo, de energia, de garra, de determinação — quer mesmo resolver os problemas concretos da vida dos portugueses.

Desenganam-se os que estão habituados a Governos de «anuncia e adia», ou até de «adia e anuncia».

*Aplausos do PSD.*

O Primeiro-Ministro e o Governo vieram mesmo para fazer, vieram para fazer acontecer, para mudar, para melhorar a vida do País, para melhorar a vida de todos nós.

Sabemos bem, e sabemos todos nesta Casa, que é isso que as portuguesas e os portugueses esperam do novo Governo. A questão é, pois, saber quem está e estará disponível para colaborar com o novo Governo na solução destes problemas. Quem quer, afinal, resolver os problemas das portuguesas e dos portugueses?

Ouvimos aqui, a propósito do Programa, do seu conteúdo, e da atitude do novo Governo, uma discussão quase bizantina e bastante moralista sobre defeitos, vícios e virtudes. Permitam-me que, em jeito de síntese final, explicito a atitude e a disposição do Governo da Aliança Democrática, que nada tem que ver com essas quezílias retóricas.

Tudo o que fizemos em sede de Programa do Governo decorre, única e exclusivamente, da leitura direta e rigorosa da Constituição. Não temos nem poderíamos ter outro guião! O nosso guião é a Constituição.

Explico, pois: ao contrário do que muitos sugeriram dentro e fora deste Hemiciclo, não é suposto nem desejável que o Programa do Governo seja negociado com as oposições. Isso não cabe nem deriva da lógica constitucional e democrática.

O Programa não é, não podia nem devia ser resultado de uma negociação. Como tão claramente indicou ontem o Primeiro-Ministro, uma vez atingida a plenitude de funções, ele será, sim, a base da negociação. Insisto: o Programa do novo Governo não é nem podia ser resultado de negociação; ele é, sim, a base de qualquer negociação.

*Aplausos do PSD.*

É, por isso também, injusta e impertinente a crítica à inclusão de 60 propostas dos partidos da oposição no Programa do Governo. Poderá dizer-se — nisso concedemos — que umas são mais relevantes do que outras e que nem todas têm, em face daquilo que defendemos, um especial valor acrescentado, mas a inclusão destas medidas é, e vou dizê-lo com solenidade, um sinal de abertura.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Não devendo o Programa do Governo ser negociado, ainda assim, quis o Primeiro-Ministro que se desse um sinal claro de que se não antagonizavam nem se excluía as oposições.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Rui Tavares (L):** — Sim, mas também não falaram!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Dizem: «Não houve diálogo prévio». Claro que não, porque não era suposto haver, mas há abertura programática, e isso ninguém pode negar.

Fica mesmo a pergunta: alguém tem memória de um Governo de maioria relativa que tenha feito suas propostas vindas de todos os partidos da oposição?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Rui Tavares (L):** — De uma maioria absoluta, tendo reunido com todos.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Esta inclusão — sim, Srs. Deputados, este é um programa inclusivo — é a demonstração real, em factos e não em palavras, da abertura ao diálogo do novo Executivo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aquilo que se nos pede a todos é sentido de responsabilidade e disposição de abertura. Falámos já da abertura, falemos agora da responsabilidade.

Falando agora como Ministro dos Negócios Estrangeiros, a situação internacional é, talvez, a mais incerta e difícil desde a II Guerra Mundial. A invasão da Ucrânia pelo regime russo de Putin trouxe a guerra ao território europeu.

O Sr. **Hugo Soares (PSD):** — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — O conflito no Próximo Oriente, originado por um bárbaro ataque terrorista, levou agora a uma crise humanitária desesperada, em permanente risco de escalar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — E, não longe de nós, no Sahel, o terrorismo fundamentalista e a ingerência russa obrigam a Europa do sul a um alerta constante. A imprevisibilidade e a volatilidade implicam uma atenção redobrada das nossas Forças Armadas, a quem o novo Governo garante todo, mas todo, o apoio.

Permitam-me, neste quadro e enquanto titular da pasta, enaltecer também o valor e o sentido de missão da nossa diplomacia.

O novo Governo está ciente — está mesmo seguro e certo — de que Portugal pode contar com as forças políticas que, na oposição ou no Governo, sempre convergiram nas linhas fundamentais da política externa, da política europeia e da política de defesa.

*Aplausos do PSD.*

Diante deste novo contexto geopolítico e com uma nova ordem/desordem mundial, Portugal precisa de estabilidade; Portugal precisa de responsabilidade.

De uma coisa o novo Governo está certo: se houver responsabilidade, haverá estabilidade e nós, portugueses, poderemos atravessar mais seguros estes mares nunca dantes navegados. A situação é séria, todos teremos de estar à altura da sua seriedade.

Conhecendo bem esta Assembleia e a sua história — não esqueçamos que o Primeiro-Ministro e os dois Ministros de Estado foram, todos eles, líderes parlamentares —, respeitando-a enquanto coração da vida democrática, o novo Governo está confiante de que, num quadro de crise e de incerteza internacional, também na nossa vida interna, os partidos nela representados serão fonte de responsabilidade, serão fonte de estabilidade.

Olhando agora para a responsabilidade de um prisma interno, importa deixar bem claro que a herança que o anterior Governo nos deixa, apesar do alarido com o excedente, é uma herança pesada, uma pesada herança.

**Vozes do PS**: — Ah!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Todos os portugueses conhecem a degradação a que chegaram os serviços públicos, no Serviço Nacional de Saúde, na escola pública, nos tribunais, nas forças de segurança ou na área das migrações; para não falar, falando, da habitação, do desemprego jovem, da precariedade das pensões, do êxodo maciço dos jovens.

A herança que nos deixam é um Estado social que parece agora em estado de liquidação. É preciso dizê-lo: estes oito anos significaram um recuo sem paralelo no Estado social.

É necessário resgatar, salvar, reabilitar o Estado social. Essa será — a arrancar, já com planos de emergência — uma prioridade, pelo que mais uma vez se exige de todos um apurado sentido de responsabilidade.

A ideia do oásis cor-de-rosa é desmentida a cada dia em que se aprofundam os assuntos e se descobrem novos dossiês. A lista seria infundável: desde o imperdoável descontrolo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa à alteração oculta da tabela de preços da ADSE (Instituto de Proteção e Assistência na Doença, IP); da ainda total impreparação do edifício da Caixa Geral de Depósitos para sediar o novo Governo,...

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Por favor!...

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... ao abandono de projetos das agendas mobilizadoras, como o projeto Aurora, em Sines;...

*Aplausos do PSD.*

... do surpreendente prejuízo de 1000 milhões de euros no Banco de Portugal até aos mais de 700 milhões de euros que estão por executar no plano de desenvolvimento rural prestes a terminar em 2025.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — A lista é grande e aumenta a cada dia.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vergonha!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Permitam que me concentre, porém, num caso paradigmático, já aqui trazido pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro da Educação, Ciência e Inovação: o caso dos exames do 9.º ano em modo digital e dos 13 000 alunos que não receberam o *kit* digital.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — O novo Governo, como se sabe, dá toda a prioridade à transição ecológica e à transição digital. Por isso, não vamos desistir do objetivo dos exames digitais no próximo ano letivo e, por isso, ainda assim os mantivemos para as provas da aferição. Os alunos, as famílias, os professores, os diretores das nossas escolas merecem uma decisão responsável, mais uma vez a evidenciar quem é capaz de assumir a responsabilidade.

Meus amigos, Caros Srs. Deputados, Caras Sr.<sup>as</sup> Deputadas, os Governos dos últimos oito anos espalharam aos quatro ventos a vaga da digitalização, a era da modernização, o advento da inovação, a chegada da inteligência artificial, mas quem for a uma esquadra de polícia, a um tribunal, a um centro de saúde, a uma escola ou até a um gabinete ministerial rapidamente verificará que a grande transformação digital, ironicamente, não saiu do papel.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É bem caso para dizer que quem nos precedeu fez da transição digital uma simples transição virtual.

**Vozes do PSD**: — Bem lembrado!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Feito algum do inventário, importa voltar ao início, ao mote do novo Governo e do seu Programa: resolver problemas, resolver os problemas dos portugueses.

Como frisou o Primeiro-Ministro, cumpre-nos virar a página do empobrecimento de um País resignado e conformado. O nosso desígnio é criar riqueza para poder distribuí-la mais e melhor, a nossa motivação é criar esperança e dinamismo na sociedade civil e na máquina do Estado. Começaremos, pois, pela redução dos impostos, designadamente pela descida do IRS.

Neste debate, ouvimos das esquerdas uma crítica à descida dos impostos. Esta é uma medida que aumenta o rendimento disponível, que potencia o crescimento económico e que realiza imperativos de justiça social, num País em que a carga fiscal é elevada e os serviços públicos estão em franco declínio. Mas aqui, no hemisfério esquerdo, escuta-se sempre o rótulo da medida neocapitalista ou ultraliberal.

Descer estes impostos, Srs. Deputados, é, antes de tudo mais, uma medida de política social. Dar mais dinheiro, mais rendimento,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — À EDP!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... mais poder de compra às famílias é uma medida social, e fazê-lo, não através de subsídios, mas aumentando a remuneração líquida do trabalho é uma medida merecedora de estar na agenda social para o trabalho digno.

*Aplausos do PSD.*

Sim, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, descer impostos não é apenas política fiscal, descer impostos não é apenas política económica, pode ser também — e neste caso é, evidentemente — política social.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Vai daí...?!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Nenhuma surpresa, nenhuma novidade. A equidade fiscal será sempre uma componente essencial da equidade social.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Para a Quinta da Marinha!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em abril de 2024, 50 anos depois da Revolução, queremos renovar o voto de um País de liberdade, de igualdade, de prosperidade, de justiça.

Não queremos um Estado paternalista e assistencialista, que, tentando igualar por baixo, espalha e espelha a pobreza e nos tolhe a liberdade pessoal, familiar, associativa ou empresarial. Não queremos um Estado flácido, que, apesar da sua dimensão, é incapaz de prover as necessidades próprias de uma economia social de mercado e de um Estado de bem-estar social.

Queremos um Estado moderno, dotado de recursos humanos, técnicos, financeiros, que assegure uma justiça social, os direitos fundamentais à saúde, à educação, à habitação. Queremos que saiba lidar com os desafios das alterações climáticas, que seja capaz de executar uma agenda exigente para a transição ecológica, mas — sublinho — económica e socialmente sustentável.

Ao contrário do que muitos pensam e dizem em discursos inflamados, a agricultura não é inimiga do ambiente; a pecuária e as pescas não são adversárias do bem-estar animal; a ecologia não é uma ameaça para a economia. A transição ecológica sustentável e a transição digital sustentável são grandes oportunidades para a agricultura portuguesa, para a revalorização do mundo rural, para dar aos agricultores o lugar que lhes cabe na sociedade portuguesa. E o mesmo se diga das pescas e do mar, que têm de voltar à centralidade das nossas preocupações políticas.

*Aplausos do PSD.*

Srs. Deputados, acreditamos no Estado de direito, na separação de poderes, na independência do poder judicial, na autonomia do Ministério Público. A luta contra a corrupção e o princípio da transparência, como aqui se viu, são prioridades já em plena execução.

Necessitamos de uma justiça acessível a todos, porque o acesso também é uma questão de Estado social. Necessitamos de uma justiça célere e moderna.

Queremos um País seguro, em que a autoridade e as condições de trabalho de todas as polícias sejam efetivamente melhoradas. Seremos sempre um País de acolhimento, acolhimento regulado e humanista, que dê a todos aqueles que aqui querem trabalhar a dignidade a que têm direito.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, queremos um Portugal que dê conforto e esperança aos mais velhos, que dê perspetiva e horizonte aos mais novos. Queremos um Portugal de liberdade, de liberdade para todos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — ... em que o respeito e a tolerância sejam a marca-d'água de quem somos, de quem fomos, de quem sempre procuramos ser. Como escreveu, numa das suas odes, Ricardo Reis, «isto é quem somos».

Assim nos apresentamos às portuguesas e aos portugueses, aqui e agora, ao juízo político soberano da Assembleia da República que a todos nós representa.

Termino, pois, citando essa ode de Ricardo Reis. «Uns, com os olhos postos no passado, / Veem o que não veem; outros, fitos / Os mesmos olhos no futuro, veem / O que não pode ver-se. / Porque tão longe ir pôr o que está perto — (...) Este é o dia, / Esta é a hora, este o momento, isto / É quem somos, e é tudo.»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Posto isto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos passar agora ao período das votações. Antes, porém, dou a palavra ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira para fazer um anúncio à Câmara.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o Projeto de Deliberação n.º 1/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Peço agora aos serviços para abrirem o sistema de verificação de quórum e aos Srs. Deputados para se registarem.

*Pausa.*

Informo os Srs. Deputados de que a Mesa fará a verificação dos grupos parlamentares um a um para certificar-se de que todos os Srs. Deputados conseguiram proceder ao seu registo. Assim, peço a algum Sr. Deputado que não tenha conseguido registar-se o favor de se levantar e identificar-se para que os serviços possam registar a sua presença.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que faltava um Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, mas está neste momento a registar-se.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa é uma posição híbrida.

*Risos.*

Ou está, ou não está! Ou é sim, ou é não!

*Pausa.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora está, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Estão, então, registados todos os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD.

*Pausa.*

A Mesa verificou que todos os Srs. Deputados estão registados.

Peço aos serviços que encerrem o registo no sistema eletrónico de verificação de quórum e apresentem os resultados.

*Pausa.*

Estão presentes 228 Srs. Deputados, pelo que temos quórum para proceder às votações.

Como sabem, esta é uma votação com recurso a voto eletrónico. Cada Sr. Deputado irá levantar-se e pressionar o botão em conformidade com o seu sentido de voto.

Vamos começar por votar a Moção de Rejeição n.º 1/XVI/1.ª (PCP) — Do Programa do XXIV Governo Constitucional.

*Submetida à votação, não obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 138 votos contra (78 do PSD, 49 do CH, 8 da IL, 2 do CDS-PP e 1 do PAN), 13 votos a favor (5 do BE, 4 do PCP e 4 do L) e 77 abstenções (PS).*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, tendo alguns Deputados do PSD aplaudido de pé.*

A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é anunciar que a bancada do Livre fará uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Deputada Paula Santos pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, para anunciar que o PCP fará uma declaração de voto oral relativamente à votação que acabou de ter lugar.

**Vozes do CH**: — Para quê?! Já estão fartos de fazer prova de vida!

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Srs. Deputados, prosseguimos com a votação da Moção de Rejeição n.º 2/XVI/1.ª (BE) — Do Programa do XXIV Governo Constitucional.

*Submetida à votação, não obteve os votos da maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, tendo-se registado 137 votos contra (78 do PSD, 49 do CH, 8 da IL e 2 do CDS-PP), 13 votos a favor (5 do BE, 4 do PCP e 4 do L) e 78 abstenções (77 do PS e 1 do PAN).*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

**Vozes do BE**: — Eh lá! Olha para eles!...

*Protestos do CH.*

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Chama-se oposição!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para anunciar que o BE fará uma declaração de voto oral sobre a votação que acabámos de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos proceder agora à votação do Projeto de Deliberação n.º 1/XVI/1.ª (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Primeiro-Ministro e o Governo vão retirar-se do Hemiciclo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.*

Srs. Deputados, votamos de seguida o Projeto de Resolução n.º 21/XVI/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Cabo Verde.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

O Sr. **Presidente**: — Terminadas que estão as votações, dou então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos para uma declaração de voto oral relativamente à moção de rejeição que foi apresentada pelo PCP. Para o efeito, dispõe de 5 minutos, nos termos do Regimento.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a reprovação da moção de rejeição do Programa do Governo, apresentada pelo PCP, deixa claro quem se opõe, quem apoia e quem contemporiza com as opções da política de direita. O objetivo desta moção foi obrigar, por via de uma votação, que de outro modo não teria lugar, a que todos os partidos assumam as suas responsabilidades relativamente à governação que PSD e CDS propõem realizar.

Esse objetivo foi atingido. Ficou claro quem apoia e se associa ao retrocesso e ao regresso do tempo da troica de má memória e quem se lhe opõe. Ficou claro quem quer romper com este caminho e quem é permissivo e acata passivamente opções políticas que só agravarão a vida das pessoas. Por mais que falem com voz grossa, no momento da verdade, lá estão, a dar a mão a estas opções. É um programa que não dá resposta aos problemas do povo e do País, como ainda os agravará. Os trabalhadores, os reformados, os jovens, as mulheres, os emigrantes e os imigrantes, os pequenos agricultores, os pequenos pescadores, os micro, pequenos e médios empresários, as populações não encontram neste programa as soluções necessárias para a resolução dos seus problemas.

Por outro lado, PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega estão sempre disponíveis para favorecer os lucros das grandes empresas, lucros que são obtidos à custa da apropriação dos salários dos trabalhadores. Quando estão em confronto os interesses dessas empresas, dos acionistas, dos especuladores, ou os interesses de quem trabalha e trabalhou uma vida inteira, estes — PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega — optam sempre, mas sempre pelos grandes interesses, não se importando que isso signifique empurrar para a pobreza os trabalhadores e os reformados.

As respostas necessárias passam pela rutura com a política de direita, responsável pela situação a que o País chegou. Exige-se uma política alternativa de valorização do trabalho e dos trabalhadores, de aumento dos salários e das pensões, de combate às injustiças e às desigualdades, de combate à precariedade, à exploração. Exige-se o reforço do Serviço Nacional de Saúde, da escola pública, da proteção social pela garantia do direito à habitação e à cultura, o combate à corrupção, às privatizações, a valorização dos profissionais da justiça, das forças e serviços de segurança, das Forças Armadas, dos bombeiros, a afirmação da soberania e da independência nacionais e pela paz.

A luta dos trabalhadores e das populações determinará o nosso futuro e conta com o PCP, com a nossa força e com a nossa intervenção.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma declaração de voto oral, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, estava claro desde o início que o segundo nome da direita é instabilidade e as últimas semanas confirmaram esse cenário.

Aqui estamos nós, depois de dois dias de debate do Programa do Governo, num jogo de sombras, num jogo de braços de ferro, de subtilezas artificiais, em que o PSD diz que quer governar, mas agradece, na verdade, se for impedido de o fazer. O PS não viabiliza moções de rejeição, mas desafia o Governo a apresentar uma moção de confiança que, se fosse chumbada, teria exatamente o mesmo efeito que uma moção de rejeição. O

Governo recusa uma moção de confiança, mas desafia ao PS e o Chega a aprovarem uma moção de rejeição que, se aprovada, teria o mesmo efeito que uma moção de confiança, se fosse chumbada.

O Chega, num dia, diz que quer liderar a oposição e quer ser oposição ao sistema; no outro dia, implora para ir para o Governo com um partido do sistema e vota envergonhado, ao lado do PSD, do CDS e da IL, contra uma moção de rejeição. E é esta confusão, é este jogo de sombras que se instala no poder e que se instala na Assembleia da República com o novo cenário de direita.

O maior contributo que o Bloco de Esquerda pode dar, perante este cenário, é o contributo da clareza, desde logo, quanto ao Programa do Governo. Enquanto fala de todos, todos, todos, este é um programa, na verdade, para muito poucos, para muito poucas empresas que vão, de facto, beneficiar do *jackpot* histórico no IRC, para muito poucos fundos de investimento, intermediários que beneficiam, de facto, da especulação imobiliária e abrem uma guerra a toda a gente que procura uma casa e não a consegue ter.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — É um programa para o alojamento local que ajuda a esvaziar, sim, as cidades. É um programa para o negócio da saúde, para os fundos que esperam que Portugal abra as suas portas ao lucrativo mercado dos lares de idosos e das pensões. É essencialmente um programa para fundos financeiros, para fundos económicos.

Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, não há nada de novo, não há nada de inovador, não há nada de moderno neste caminho que o PSD apresenta ao País, a não ser a determinação e a intensidade do seu compromisso com as suas clientelas.

Isto porque no passado, em Portugal, já se desceu o IRC em 15 pontos percentuais em nome do investimento e do crescimento económico. No passado, já se acabaram com inúmeras leis que dão segurança e estabilidade ao trabalho, férias, compensação por despedimento, em nome da produtividade e em nome do salário. No passado, já se privatizou. E o que é que não se privatizou em Portugal em nome da economia, do aumento da concorrência e da descida dos preços?!

É uma cartilha, é uma cassette que se ouve repetida ano após ano, Governo atrás de Governo, e quero perguntar: 40 anos depois, o que é que deu, essa cartilha, ao nosso País? Em que é que resultou menos 15 pontos percentuais do IRC nos últimos 30 anos? Num investimento anémico, numa economia viciada em setores especulativos, que vivem à sombra do Estado, uma economia viciada no rentismo, na dívida, nos baixos salários, no pouco valor acrescentado, que despreza a tecnologia, que despreza o futuro, pelos lucros fáceis e de curto prazo.

Deu em emigração de jovens, deu em aumentos do preço da energia. Deu nos aeroportos, nos CTT, no aumento do preço das comunicações. Deu na maior crise da habitação que é hoje, na verdade, uma condenação sobre todos os jovens.

E no Estado social? É verdade, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, metade do orçamento da saúde vai para os privados.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Foi uma opção errada e que levou, aliás, o PS a afastar-se da esquerda desde 2020.

O PSD acusa, e bem, o PS de querer ajudar a saúde privada, de promover a saúde privada, e tem razão. Mas o PSD está disposto a fazer pior: a sua opção privatizadora quer entregar mais saúde ao privado e ainda junta no pacote a ferrovia, as respostas sociais para os idosos e o que sobra da habitação.

A mudança que o PSD apresenta com este programa é feita de ideias velhas, de ideias sem futuro, mas Portugal precisa, sim, de segurança e precisa, sim, de futuro. E segurança é casa, é salário. Segurança é uma escola que protege os jovens de um preconceito que mata e que assalta a dignidade; é um futuro em que a economia, a agricultura e a indústria se modernizam ao ritmo da transição ambiental. É um futuro em que se trabalha menos: 4 dias por semana, 35 horas, porque na verdade é isso que ajuda a família.

Segurança é não fazer uma guerra ao futuro em nome de uma política mesquinha, antiga, oportunista. Futuro é um País em que todos, todos e todas, são respeitados por igual, porque valem o mesmo.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe o favor de terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E termino, Sr. Presidente.

Todos valem o mesmo: imigrantes, nacionais, mulheres, homens, independentemente da cor da pele e independentemente da família. Porque, quer gostem, quer não gostem, isto é Portugal. Portugal é esta diversidade e o futuro é igualdade.

O Sr. **Pedro Nuno Santos** (PS): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E se não gostam de Portugal,...

*Protestos do CH.*

... bom, eu diria que o divã pode resolver, mas cada um sabe de si.

*Aplausos do BE.*

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **Presidente**: — Antes de encerrar a sessão, quero só lembrar que a ordem de dia da reunião plenária das 15 horas consiste no debate preparatório do Conselho Europeu Especial, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Está encerrada esta sessão. Voltamos a reunir às 15 horas.

*Eram 12 horas e 28 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.